



# BALANÇO DO PNE

## Metas do Plano Nacional de Educação

**Meta 1:** universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Taxa de Atendimento - Brasil	Taxa de Atendimento - Brasil
0 a 3 anos – 25,73	0 a 3 anos – 30,39
4 a 5 – 85,85 (2012)	4 a 5 – 90,45 (2015)

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos Pnad (arquivo Pessoas)/IBGE 2012 e 2015

Apesar de a obrigatoriedade da Educação Infantil para as crianças de 4 a 5 anos ter sido promulgada em 2009, tendo os sistemas de ensino até 2016 para se organizarem com seu cumprimento, a taxa de atendimento escolar mostra que ainda não garantimos o acesso de todas essas crianças à escola. O crescimento de 2012 a 2015 foi de apenas 5%. Em relação às crianças de 0 a 3, o desafio ainda é significativo, pois é preciso ampliar em 20% o atendimento menos de 6 anos. Desse modo, se a evolução da taxa se mantiver em ritmo igual ao período analisado (2012 a 2015), possivelmente não conseguiremos cumprir a meta do PNE.

**Estratégia 1.2:** Garantir que, ao final da vigência deste PNE, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;

**Taxa de frequência a escola segundo quintil mais alto e mais baixo da renda, Brasil, 2015**

	Primeiro quintil da renda	Último quintil de renda
0-3	19,95%	88,01%
4-5	51,33%	92,07%

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos Pnad (arquivo Pessoas)/IBGE 2015

68,06% é o percentual da diferença de acesso à educação para as crianças de 0 a 3 anos, cuja renda familiar está entre as 20% mais baixas em relação aquelas com as 20% mais altas rendas. No ensino obrigatório, essa diferença é de 40,74%, indicando que o atendimento à educação infantil ainda se configura como privilégio.

**Estratégia 1.5:** Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de

aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

- Em 2017, as escolas que não funcionam em prédios escolares representavam 4,6 do total das instituições.
- 40,4% das escolas contavam com biblioteca/sala de leitura;
- 46,9% possuíam banheiros adaptados para à EI;
- 87,1% tinham água potável; e
- 44,6% apenas possuíam parque infantil.

Os números evidenciam que ainda é necessário um esforço significativo na adequação das escolas para garantir espaços que favoreçam o desenvolvimento infantil.

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2017

**Estratégia 1.8:** Promover a formação inicial e continuada dos(as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

Em 2017, 16,86% dos professores de Educação Infantil (não considerando os auxiliares) não possuíam formação adequada para atuar nessa etapa de ensino. Se considerarmos como formação mínima a de nível superior (licenciatura), o percentual de professores sem formação adequada chega a 36%.

Fonte dos dados: Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2017

**Estratégia 1.17:** estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

**Número de matrículas na Educação Infantil de acordo com o turno da matrícula, Brasil, 2013 a 2017**

Tempo Integral	2013	2014	2015	2016	2017
Não	5.505.092	5.658.554	5.681.998	5.898.559	6.002.068
Sim	2.102.485	2.211.315	2.290.232	2.380.545	2.506.663
Total	7.607.577	7.869.869	7.972.230	8.279.104	8.508.731

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2013 - 2017

Apenas 29% das matrículas de EI eram em tempo integral (2017). Apesar de ser perceptível um crescimento nesse tipo de atendimento, ele ainda é baixo, pois saiu de 28% para 29%, em 4 anos.



**Meta 2:** universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

#### Taxa de Atendimento – Brasil

	2012	2013	2014	2015
6 a 10 anos	98,82	99,02	99,13	99,17
11 a 14 anos	97,41	97,44	97,52	97,65

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos Pnad (arquivo Pessoas)/IBGE 2012 e 2015

#### Taxa de matrícula Líquida no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais, Brasil, 2015

Ensino Fundamental - anos iniciais - **96,54%**  
 Ensino Fundamental - anos finais - **84,03%**

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos Pnad (arquivo Pessoas)/IBGE e Censo Escolar/INEP, 2015

Para o cálculo da matrícula líquida dos anos iniciais considera-se os estudantes da faixa etária (6 a 10) que estavam matriculados nos anos iniciais e anos finais. E para o cálculo dos anos finais, considera-se os estudantes matriculados nos anos finais e do ensino médio. Entende-se que esses estudantes têm trajetória contínua e, provavelmente, o início do seu processo de escolarização nessa etapa foi antecipado.

Apesar do Ensino Fundamental ser obrigatório desde 1971 e ser garantido como direito público subjetivo na Constituição Federal de 1988, devendo ser universal, em torno de 3% da população da faixa etária em 2015 encontrava-se fora da escola. Isso significa que ainda é necessário garantir Ensino Fundamental para 429.276 crianças e adolescentes, especialmente nas regiões norte e nordeste.

Além disso, a conclusão na idade recomendada é uma questão importante, especialmente para os anos finais do EF, no qual a taxa de matrícula líquida era de 84,04% em 2015, considerando inclusive os estudantes que já estão no EM. Em torno de 15% dos estudantes dessa faixa etária estão em etapas e modalidades não correspondentes a sua idade.

**Estratégia 2.10:** estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades;

#### Taxa de atendimento por faixa etária e área da localidade – Brasil, 2015

	6 a 10 anos	11 a 14 anos
Urbana	99,20%	97,70%
Rural	99,10%	97,30%

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos Pnad (arquivo Pessoas)/IBGE 2015

A taxa de atendimento na zona urbana é rural não difere muito. Contudo, ao analisar a taxa de matrícula líquida com base na localidade, a situação da zona rural é mais complicada do que a da urbana. Isso indica que as trajetórias escolares tendem a ser mais irregulares no campo, onde há um número significativo de turmas multisseriadas.

#### Taxa de matrícula líquida por faixa etária e área da localidade – Brasil, 2015

	6 a 10 anos	11 a 14 anos
Urbana	96,45%	85,44%
Rural	76,40%	43,61%

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos Pnad (arquivo Pessoas)/IBGE e Censo Escolar/INEP, 2015



**Meta 3:** universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

**Taxa de Atendimento – Brasil**

	2012	2013	2014	2015
15 a 17 anos	78,28	78,43	77,21	78,73

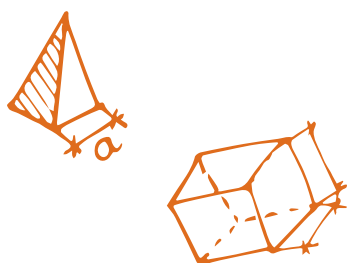
**Taxa de matrícula Líquida no Ensino Médio, Brasil, 2012 a 2015**

	2013	2014	2015
Ensino Médio	55,22	55,89	56,17

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos Censo Escolar/INEP (arquivo matrícula) e Pnad/IBGE (arquivo Pessoas) 2013 - 2015

A universalização do atendimento escolar para população de 15 a 17 anos ainda é um grande desafio, pois apenas 78,73 desses estudantes frequentavam instituições educacionais. O crescimento nos últimos anos foi bastante tímido. Ao analisar essa mesma taxa pelo recorte da renda, encontra-se que, entre os 20% com menores rendas, esse percentual é ainda mais baixo (76,26%), enquanto dentre os 20% com maior renda, o percentual sobe para 87,12%. Cabe destacar que percentual significativo desses estudantes, apesar de estarem na escola, não se encontram no Ensino Médio, pois a taxa de matrícula é de apenas 56,17%.

A obrigatoriedade da escolarização para os jovens de 15 a 17 anos vem reforçar a necessidade de garantir escolas para todos. Porém, o debate precisa ser mais amplo do que a existência ou não de vagas, problematizando formas de tornar essa escola mais acessível, mais atrativa e menos excludente. Concomitante à isso, é preciso discutir as trajetórias escolares de insucesso que impedem que esses jovens cheguem à última etapa da educação básica, a fim de intervir sobre elas de modo mais efetivo.



**Meta 4:** universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados;

**Número e percentual de matrícula de pessoas com necessidades especiais, em atendimento Educacional e em classes especiais ou escola exclusivas, Brasil, 2017**

	Matrículas	Percentual
Estudantes com Necessidades Especiais	1.066.446	
Estudantes em classes especiais ou exclusivas	169.637	15,91%
Estudantes com atendimento educacional especializado	401.203	15,91%

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos Censo Escolar/INEP (arquivo matrícula), 2017

inclusão educacional, apesar de ter avançado muito nos últimos anos, ainda configura-se como um grande desafio. A política de atendimento à população com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação tem como princípio sua oferta, preferencialmente na rede regular de ensino, sendo garantido atendimento educacional especializado para aqueles que necessitem. Atualmente, há 1.066.446 matrículas no Censo Escolar relativas a estudantes com Necessidades Educacionais Especiais. Desses, 37,62% estão em classes especiais ou exclusivas e 9,80% tem atendimento educacional especializado. Esses números indicam que 50% dos estudantes não possuem nenhum tipo de atendimento especializado.

**Estratégia 4.3:** implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

**Número e percentual de escolas com e sem sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) segundo área de localidade detalhada, Brasil, 2017.**

	Escolas sem sala de AEE	Escolas com sala de AEE	% de escolas com sala de AEE
Urbana	57.432	26.638	31,69%
Rural	45.587	4.179	8,40%
Rural - Área de assentamento	4.056	324	7,40%
Rural - Terra indígena	3.099	74	2,33%
Rural - Área remanescente de quilombos	2.122	16	7,09%
Rural - Unidade de uso sustentável	418	26	5,86%

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2017

Apenas 28 municípios brasileiros não contam com salas de atendimento educacional especializado. Isso, no conjunto das escolas dos municípios (todas as dependências administrativas). Por outro lado, o percentual de escolas com ou sem sala ainda é baixo. Ainda que a proposta de AEE permita o compartilhamento das salas de atendimento, o percentual dessas em escolas do campo, que em geral são mais distantes e, portanto, implicam deslocamento dos estudantes, é o mais baixo, especialmente em terra indígena.

**Estratégia 4.6:** manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos(as) alunos(as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos(as) alunos(as) com altas habilidades ou superdotação;

**Número e percentual de escolas com e sem banheiro adaptado para uso de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, Brasil, 2017**

Escolas sem banheiro PNE adaptado	90.468	62,77%
Escolas com banheiro PNE adaptado	53.649	37,23%

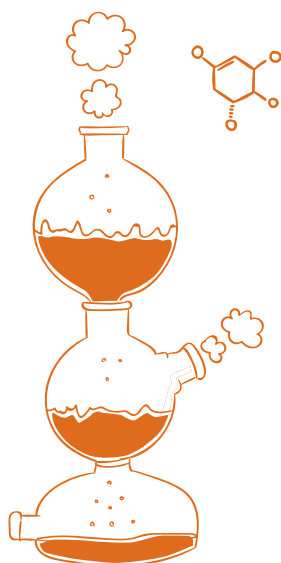
Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2017

**Número e percentual de escolas com e sem dependências e vias adequadas para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, Brasil, 2017**

Escolas sem dependências e vias adequadas (PNE)	105.328	73,1
Escolas com dependências e vias adequadas (PNE)	38.789	26,9

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2017

Apesar de o número de estudantes com deficiência, trans-tornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação ter aumentado, muitas escolas ainda não estão preparadas em termos de infraestrutura para receber esses estudantes. Apenas 37,23% das escolas tem banheiro adaptado para população com deficiência e apenas 26,9% tem dependências e vias adequadas para essa população. Isso torna evidente a negação do direito à educação e de condições igualitárias para acesso e permanência na escola estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).



**Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.**

A porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com aprendizagem adequada em leitura é de 77,8%, em escrita é de 65,5%, e em matemática é de 42,9% (Fonte: Inep).

**Meta 6:** oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

#### Número e Percentual de Matrículas por Tempo Integral - Brasil, 2013 a 2017

Tempo Integral	2013	2014	2015	2016	2017
Não Declarado	-	-	467.051	490.111	458.263
Não	5.505.092	5.658.554	5.681.998	5.898.559	6.002.068
Sim	2.102.485	2.211.315	2.290.232	2.380.545	2.506.663
Total	7.607.577	7.869.869	7.972.230	8.279.104	8.508.731

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2013 - 2017

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), é incentivada a ampliação da jornada escolar. O PNE reforça essa questão ao estabelecer meta para aumentar o número de alunos e de escolas que ofertam educação em tempo integral. Contudo, em 2017, o percentual era de apenas 8,35%. Ao analisar tais dados em uma série histórica, percebe-se que o crescimento é pequeno. Alcançar 50% das matrículas requer alto investimento. Assim, se o crescimento se mantiver nesse patamar, dificilmente a meta será atingida.

**Estratégia 6.7:** atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

#### Número de Matrículas por Área da localidade por tipo de área rural e Tempo Integral - Brasil, 2017

Área da localidade por tipo de área rural	Não Declarado	Não	Sim	total	Não Declarado	Não	Sim
Urbana	662.741	38.473.369	43.687.562	43.034.708	1,5%	89,4%	9,1%
Rural	18.748	4.381.308	304.585	4.704.641	0,4%	93,1%	6,5%
Rural - Area de assentamento	474	389.197	15.722	405.393	0,1%	96,0%	3,9%
Rural - Terra indígena	-	229.354	3.662	233.016	0,0%	98,4%	1,6%
Rural - Área remanescente de quilombos	2	183.208	13.577	196.787	0,0%	98,4%	6,9%
Rural - Unidade de uso sustentável	-	31.126	2.422	33.548	0,0%	92,8%	7,2%
total	681.965	43.687.562	4.238.566	48.608.093	1,4%	89,9%	8,7%

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2017

Ainda que nessa estratégia não se especifique o percentual de matrículas indígenas ou quilombolas e mesmo escolas que se quer alcançar, é perceptível que o menor número de matrículas em tempo integral encontra-se justamente nas áreas indígenas e de assentamento.



**Meta 7:** fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

IDEB	Meta 2015	Atual (ano ref. 2015)	Meta 2017	Meta 2019	Meta 2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,5	5,7	6
Anos finais do ensino fundamental	4,7	4,5	5	5,2	5,2
Ensino médio	4,3	3,7	4,7	5	5,6

Fonte: INEP - <http://portal.inep.gov.br/ideb>

Com a ressalva de que as avaliações como o Ideb não sejam suficientes para medir a qualidade da educação, vale olhar para esse dado para contribuir para a análise da implementação do PNE.

**Estratégia 7.18** - assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

SANEAMENTO BÁSICO E ENERGIA	% escolas adequadas	Número de adequações
Fornecimento de energia	97,3	3.687
Abastecimento de água	96,3	5.181
Água Filtrada	84,4	21.591
Coleta de esgoto	95,6	6.168

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2017

Dentre as escolas públicas que funcionam em prédios escolares, 15% delas ainda não garante água filtrada para seus estudantes, em torno de 5% não conta com coleta de esgoto e 4% com abastecimento de água e 3% com energia. Isso demonstra que os desafios educacionais transcendem a própria questão educacional e inserem-se também em aspectos básicos de saúde e saneamento básico. Além disso, considerando a meta do PNE de ampliar o acesso ao esporte, quanto às escolas públicas urbanas de EF e EM, apenas 39% contam com quadra esportiva, enquanto o laboratório de ciências está presente em apenas 17,7% das escolas de anos finais do EF e EM (urbanas e rurais). Esses números reforçam a importância de estabelecer padrões mais igualitários de oferta escolar.

**Estratégia 7.19:** institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

**Estratégia 7.20)** prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

4% das escolas de educação básica não funcionam em prédios escolares. 3,7% são públicas.

Entre as escolas públicas que funcionam em prédio escolar:

- 78% tem televisão;
- 71,5% tem DVD;
- 38% tem máquina copiadora;
- 68,7% tem equipamento de som;
- 56,3% tem equipamento de projeção multimídia; e
- 75% das escolas possuem computador.

Tais dados indicam a necessidade de ampliar o investimento em insumos básicos que ainda precisam ser garantidos para assegurar uma oferta de ensino em condições de qualidade para todos.

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP- 2017

**Estratégia 7.13)** garantir transporte gratuito para todos(as) os(as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

**Utilização do transporte público segundo Área de Localidade por tipo de localidade rural, Brasil, 2017**

Área	Não utiliza	Utiliza
Urbana	86,1	13,9
Rural	50,9	49,1
Rural - Área de assentamento	48,0	52,0
Rural - Terra indígena	73,8	26,2
Rural - Área remanescente de quilombos	56,7	43,3
Rural - Unidade de uso sustentável	33,1	66,9

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP- 2017

Há um maior percentual de utilização do transporte escolar nas áreas rurais do que na urbana. Isso pode ser explicado pela distância entre as escolas. Seria importante ter conhecimento da necessidade de transporte e da qualidade dos mesmos, o que com os dados existentes atualmente ainda não é possível.

**Meta 8:** elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no “último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

A escolaridade média da população brasileira em 2015 era de 10,1 anos de estudo. Apesar desse número estar aumentando nos últimos anos, é possível perceber que esse aumento precisa se consolidar para a população com baixa renda. Entre aqueles que estavam entre os 20% com menor renda, a média de escolaridade era de 8,1 anos, quase 4 anos a menos que aqueles que estão entre os 20% com maior renda. Para esses últimos, a média de escolaridade já é superior a meta proposta. A diferença entre a escolaridade média da zona urbana (10,4 anos) e rural (8,2 anos) também é elevada, sendo que em ambos os casos é preciso aumentar a escolaridade da população. O mesmo pode ser dito em relação às diversas regiões. A média de anos de estudo no Nordeste é a mais baixa, seguida pela região Norte, Sul, Centro-Oeste e Sudeste. A média de escolaridade afeta a população por raça/cor de forma diferente. Enquanto a média de escolaridade da população branca já está se aproximando de 11 anos, a indígena não chega a 9 e a preta está se aproximando de 10 anos. Essas diferenças implicam em um olhar diferenciado para a realidade escolar.

**Média de escolaridade da população entre 18 a 29 anos por Rendimento Mensal domiciliar per capita (em quintis), Brasil, 2015**

Quartil de renda	Média de anos de estudo
20% menores	8,11
>20% <ou = 40%	9,08
>40% <ou = 60%	9,9
>60% <ou = 80%	10,75
20% maiores	12,39

**Média de escolaridade da população entre 18 a 29 anos segundo Regiões, Brasil, 2015**

Quartil de renda	Média de anos de estudo
Norte	9,46
Nordeste	9,27
Sudeste	10,62
Sul	10,47
Centro-Oeste	10,54

**Média de escolaridade da população entre 18 a 29 anos segundo raça/cor, Brasil, 2015**

Quartil de renda	Média de anos de estudo
Indígena	8,35
Branca	10,87
Preta	9,55
Amarela	11,91
Parda	9,51

**Média de escolaridade da população entre 18 a 29 anos segundo Área de localidade, Brasil, 2015**

Quartil de renda	Média de anos de estudo
Rural	10,4
Urbana	8,25

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais/UFPR a partir dos Pnad (arquivo Pessoas)/IBGE 2015



**Meta 9:** elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

**Número e percentual da população com 15 anos ou mais segundo declaração sobre leitura e escrita, Brasil, 2015**

	População	%
Sabe ler e escrever	147.191.318	92,0
Não sabe ler e escrever	12.853.807	8,0

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais/UFPR a partir dos Pnad (arquivo Pessoas)/IBGE 2015

**Percentual da população com 15 anos ou mais segundo número de anos de estudo, Brasil, 2015**

Número de anos de estudo	Percentual da população
Sem instrução e menos de 1 ano	9,3
1 ano	1,7
2 ano	2,7
3 ano	3,6
4 ano	8,7
5 ano	5,1

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais/UFPR a partir dos Pnad (arquivo Pessoas)/IBGE 2015

A discussão sobre as altas taxas de analfabetismo no Brasil não é recente. Contudo, ainda é urgente e necessária. Afinal, 8% da população se declara não saber ler e escrever e 31% tem 5 ou menos de anos de estudo. Isso significa que temos 13 milhões de analfabetos no Brasil. Além disso, dados da CONFITEA 2016 apontam para um número de 28 milhões de analfabetos funcionais no Brasil. Se essa população fosse de um país, seria a 45ª maior do mundo de 257 países.

O acesso à escola ainda precisa ser ampliado e a garantia de permanência e aprendizagem é cada vez mais urgente, especialmente entre as camadas mais desfavorecidas da sociedade.

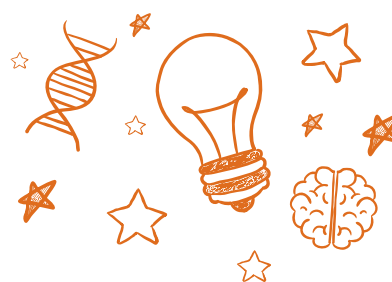
**Meta 10:** oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

**Número e percentual de matrícula de Educação de Jovens e Adultos total e integrada, Brasil, 2017**

Matrículas de EJA	3.598.716
Matrículas de EJA integrada à educação profissional	53.235
Percentual de matrículas integradas à educação profissional	1,48%

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP- 2017

A oferta de educação de jovens e adultos é um direito, sendo que nos últimos anos tem-se tentando incentivar sua oferta de forma integrada ao ensino profissional. O PNE reforça essa ideia e estabelece como meta ampliar pelo menos 25% das matrículas dessa forma. Em 2015, esse percentual não chegava a 2%. Tal dado indica que caso não haja uma política específica e esforços voltados nesse sentido, dificilmente se atingirá a meta proposta no PNE.





**Meta M:** triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

**Número de matrículas da educação profissional segundo tipo de matrícula e dependência administrativa, Brasil, 2017.**

Tipo de etapa/modalidade/curso	Público	Privado	Total	% Público
Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 1ª Série	168.156	6.247	174.403	96,40%
Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 2ª Série	126.525	4.997	131.522	96,20%
Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 3ª Série	101.450	4.821	106.271	95,50%
Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 4ª Série	30.045	1.054	31.099	96,60%
Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) Não Seriada	14.329	1.902	16.231	88,30%
Ensino Médio - Normal/Magistério 1ª Série	21.339	935	22.274	95,80%
Ensino Médio - Normal/Magistério 2ª Série	14.818	674	15.492	95,70%
Ensino Médio - Normal/Magistério 3ª Série	17.682	1.427	19.109	92,50%
Ensino Médio - Normal/Magistério 4ª Série	37.035	883	37.918	97,70%
Curso Técnico - Concomitante	100.249	227.824	328.073	30,60%
Curso Técnico - Subsequente	390.120	484.251	874.371	44,60%
EJA - Ensino Fundamental - Projovem Urbano	1.262	5	1.267	99,60%
Curso FIC integrado na modalidade EJA - Nível Médio	7.558	165	7.723	97,90%
Curso FIC Concomitante	2.461	17.277	19.738	12,50%
Curso FIC integrado na modalidade EJA - Nível Fundamental (EJA integrada à Educação Profissional de Nível Fundamental)	10.106	363	10.469	96,50%
Curso FIC integrado na modalidade EJA - Nível Fundamental (EJA integrada à Educação Profissional de Nível Fundamental)	34.015	1.028	35.043	97,10%
<b>Total</b>	<b>1.077.150</b>	<b>753.853</b>	<b>1.831.003</b>	<b>58,80%</b>

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP- 2017

A matrícula da educação profissional alcançou 1.831.003 estudantes em 2017. Quase 60% delas estão na rede pública. A meta do PNE é de triplicar essas matrículas. Se tomarmos como referência o ano de 2013, no qual o número de matrícula era de 1.831.003, o objetivo é alcançar 5.003.055. Isso demandaria um crescimento anual de 333.537 matrículas ano e corresponderia em 2017 a 3.001.833 (mais de um milhão de matrículas a mais do que foi alcançado).



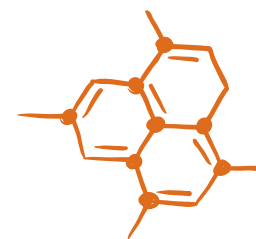
**Meta 12:** elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

**Taxa de matrícula bruta e líquida no Ensino Superior, Brasil, 2017**

Taxa de matrícula bruta no Ensino Superior para a população de 18 a 24 anos	32,91%
Taxa de matrícula líquida no Ensino Superior para a população de 18 a 24 anos	17,87%

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos Pnad (arquivo Pessoas)/IBGE 2015

O acesso ao Ensino Superior, apesar da expansão dos últimos anos, ainda é bastante restrito. A taxa de matrícula bruta (TBM) nessa etapa de ensino é de 32,91%. Entre a população de 18 a 24 anos o acesso é de apenas 17,87% (a taxa de matrícula líquida [TML] considera apenas os estudantes nessa faixa etária). A meta do PNE tem como objetivo a ampliação da TMB de 32,91% para 50% e da TML para 33%. São aumentos significativos em um contexto de cortes de gastos públicos e de diminuição do investimento em educação. Além disso, o PNE sinaliza que esse aumento precisa ser feito, fortemente, no segmento público, que atualmente é responsável por 23,7% das matrículas, ante 76,3% da rede privada.



**Meta 13:** elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

**Percentual de Docentes em Exercício com mestrado ou doutorado em relação ao total de docentes segundo Dependência Administrativa, Brasil, 2016.**

	Mestres e Doutores	% de mestres	% de doutores
Brasil	78,20%	39,19%	39,01%
Pública	87,00%	27,10%	59,91%
Federal	90,23%	25,44%	64,79%
Estadual	83,33%	28,16%	55,18%
Municipal	65,38%	43,72%	21,65%
Privada	71,25%	48,75%	22,50%

INEP, 2017 (Sinopse estatística da Ed. Superior)

No ensino superior, a proporção de docentes com mestrado ou doutorado já é superior a meta estabelecida pelo PNE, inclusive no que diz respeito ao percentual de doutores. Contudo, ao analisar apenas as instituições privadas, que atualmente congregam o maior percentual dos estudantes desse nível de ensino, verifica-se que ainda é necessário melhorar a qualificação dos docentes dessas instituições. O percentual de doutores nessas instituições precisa elevar-se em 12,5%. Além disso, uma análise em termos regionais sinaliza que há diferenças significativas no percentual de mestres e doutores, pois enquanto o Norte possui 70,5% e o Centro-Oeste 72,8 o Sul conta com 80,79% dos docentes com tal titulação. Outra questão que merece análise é o tipo de instituição, pois enquanto o percentual de docentes nas universidades supera os 50% nas faculdades ele não chega a 20%, demonstrando que o grande desafio dessa meta centra-se na diminuição das desigualdades entre os diversos tipos instituições e as diversas regiões do país.



**Meta 14:** elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

**Número de estudantes titulados em 2013 ou 2016 segundo nível de formação da pós-graduação stricto sensu**

	2013	2016
Mestres	51.883	59.672
Doutores	15.651	20.604

CAPEX, 2018 (dados abertos)

É perceptível o crescimento no número de titulados mestres e doutores no Brasil, aproximando dos 60 mil no caso dos mestres e dos 21 mil em termos de doutores em 2016. Tal variação sugere que, mantendo o constante o crescimento, há uma forte tendência de que se cumpra até o final de vigência do PNE a meta estabelecida.

**Meta 15:** garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

**Número e percentual de professores segundo formação, Brasil, 2013 a 2017**

Tipo de curso	2013	2014	2015	2016	2017
Sem Licenciatura ou Ensino Superior	1.383.247	1.395.22	1.368.202	1.343.198	1.310.539
	48,2%	47,3%	46,6%	45,6%	44,6%
Com Licenciatura	1.484.422	1.554.478	1.566.441	1.605.098	1.625.627
	51,8%	52,7%	53,4%	54,4%	55,4%
Total	2.867.669	2.949.720	2.934.643	2.748.296	2.936.166

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2013 - 2017

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define a Licenciatura como a formação mínima para o exercício da magistério na educação básica, sendo aceito para atuação na educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental aquela obtida em nível médio na modalidade normal. O PNE vem reforçar a necessidade da formação superior para todos os professores e professoras, o que implica na capacitação de quase 45% dos profissionais que atuam hoje, sem considerar aqueles que apesar de possuírem licenciatura não atuam na disciplina da sua formação. É perceptível o aumento do número de professores com licenciatura nos últimos anos, porém tal ritmo de crescimento é insuficiente para que em 2024 se tenha apenas professores formados em nível superior.



**Meta 16:** formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

#### Número e percentual de professores segundo formação, Brasil, 2013 a 2017

Formação do professor	2013	2014	2015	2016	2017
Ensino Fundamental	6.437	5.765	6.302	6.043	5.570
	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
Ensino Médio	236.330	245.449	249.191	244.774	240.687
	11,0%	11,2%	11,4%	11,1%	11,0%
Médio Normal ou Magistério	297.730	268.856	260.838	234.290	228.422
	13,9%	12,3%	11,9%	11,1%	10,4%
Superior	116.757	109.719	104.382	97.192	91.918
	5,5%	5%	4,8%	4,4%	4,2%
Superior com licenciatura	842.750	875.172	851.871	849.091	835.860
	39,4%	40,1%	39,0%	38,7%	38,1%
Especialização	602.786	637.063	667.783	703.548	731.382
	28,2%	29,2%	30,5%	32,0%	33,4%
Mestrado	33.614	36.190	39.961	44.398	48.759
	1,6%	1,7%	1,8%	2,0%	2,2%
Doutorado	5.272	6.053	6.826	8.061	9.626
	0,3%	0,3%	0,3%	0,4%	0,4%
Total	2.141.676	2.184.267	2.187.154	2.196.397	2.192.224

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2013 - 2017

A qualificação profissional, por meio da ampliação do nível de formação, tem sido apresentada como um elemento importante para atuação docente. O PNE estabelece como meta que 50% dos professores sejam formados em nível de pós-graduação. Em 2017, esse número era de 36,03%, indicando a necessidade de um crescimento de 13,97% até 2021. Isso exigirá a formação de pelo menos 2% dos professores por ano. Em quatro anos (de 2013 a 2017) esse número cresceu apenas 6%.

**Meta 17:** valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

#### Rendimento mensal de professores e demais profissionais de nível superior para uma jornada padronizada de 40 horas semanais, Brasil, 2013

Faixa de remuneração	Professores da rede pública		Demais profissionais	
	Número de vínculos	%	Número de vínculos	%
até 3 sm [ <= R\$ 2.034]	478.670	24,5%	2.383.664	28,9%
> 3 sm <= 6 sm [R\$ 2.034 --  4.068]	924.205	47,2%	2.333.290	28,3%
> 6 sm <= 9 sm [R\$ 4.068 --  6.102]	330.291	16,9%	1.238.185	15,0%
> 9 sm <= 12 sm [R\$ 6.102 --  8.136]	112.879	5,8%	726.068	8,8%
>12 sm [ >R\$ 8.136]	110.645	5,7%	1.562.243	19,0%
Total	1.956.690	100%	8.242.450	100%

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados da RAIS/MT 2013

Em 2013, a RM docente era de R\$3.576 e a razão entre a RM dos professores e a dos demais profissionais no valor de R\$ 5.227 ou seja, os professores encontravam-se numa situação desfavorável em relação aos profissionais do mesmo nível de formação.

**Meta 18:** assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

**Número de Professores, dependência administrativa (federal, estadual, municipal) por tipo de vínculo empregatício - Brasil, 2013 a 2017**

Tipo Vínculo	2013	2014	2015	2016	2017
Não classificado	104	2	-	-	-
	0%	0%	0%	0%	0%
Concursado/Efetivo	1.26.226	1.258.826	1.259.124	1.261.303	1.251.659
	70,4%	69,6%	68,7%	68,9%	68,9%
Contrato temporário	506.020	526.363	551.660	548.522	543.892
	28,4%	29,1%	30,1%	30,0%	29,9%
Contrato terceirizado	4.530	7.022	5.061	4.979	4.314
	0,3%	0,4%	0,3%	0,3%	0,2%
Contrato CLT	16.913	16.943	16.895	16.715	17.335
	1,0%	0,9%	0,9%	0,9%	1,0%
<b>Total</b>	<b>1.783.793</b>	<b>1.809.156</b>	<b>1.832.740</b>	<b>1.831.519</b>	<b>1.817.200</b>

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2013 - 2017

A garantia de Planos de Carreira está ligada à exigência de que os professores da rede pública sejam contratados por concurso público e à valorização docente ao longo da carreira. Ao comparar dados de 2013 a 2017 em relação ao tipo de contrato do professor, percebe-se uma tendência contrária: diminuição do número de professores concursados (efetivos/estáveis) e aumento de contratos temporários (os quais não tem direito à plano de carreira).

**Estratégia 18.1:** Estruturar as redes públicas de Educação Básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da Educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

**Número de Professores, dependência administrativa (federal, estadual, municipal) por tipo de vínculo empregatício - Brasil, 2013 a 2017**

Tipo Vínculo	2013	2014	2015	2016	2017
Não classificado	104	2	-	-	-
	0%	0%	0%	0%	0%
Concursado/Efetivo	1.26.226	1.258.826	1.259.124	1.261.303	1.251.659
	70,4%	69,6%	68,7%	68,9%	68,9%
Contrato temporário	506.020	526.363	551.660	548.522	543.892
	28,4%	29,1%	30,1%	30,0%	29,9%
Contrato terceirizado	4.530	7.022	5.061	4.979	4.314
	0,3%	0,4%	0,3%	0,3%	0,2%
Contrato CLT	16.913	16.943	16.895	16.715	17.335
	1,0%	0,9%	0,9%	0,9%	1,0%
<b>Total</b>	<b>1.783.793</b>	<b>1.809.156</b>	<b>1.832.740</b>	<b>1.831.519</b>	<b>1.817.200</b>

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2013 - 2017

Na contramão do que define o PNE, que estabeleceu meta para aumentar o número de professores ocupantes de cargos de provimento efetivo, o percentual de professores efetivos vem diminuindo de 2013 a 2017 e aumentando o percentual de contrato temporário. A contratação docente por meio de concurso público é garantida por lei desde 1988. Contudo, o movimento parece contradizer a legislação, o que traz consequências para a garantia do direito à educação, haja vista ser o professor uma ator essencial nesse processo.



**Meta 19:** Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União.

Esta meta não foi cumprida até hoje.

**Meta 20:** Ampliar o investimento público em educação pública, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

As estratégias 20.6 e 20.9, de implementação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e de regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE), respectivamente, não foram cumpridas até 2016, em seu prazo. A estratégia 20.8, de definição do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) também não foi cumprida até 2017. Ainda, tivemos a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016, que impõe um Teto de Gastos para a educação, que inviabiliza o cumprimento da Meta 20 do PNE e de todas as metas anteriores. [No manual da SAM 2018, você encontra mais informações sobre a situação do financiamento da educação no Brasil. Acesse: <http://semanadeacaomundial.org/2018/materiais/>

